



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA UFSC
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO CCE
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO**

Os donos de Jurerê:

Disputas de terras no bairro mais caro de Florianópolis

**RELATÓRIO TÉCNICO
do Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à disciplina de Projetos Experimentais
ministrada pela Profª Gislene Silva
no segundo semestre de 2014**

Orientador: Prof. Luis Alberto Scotto

**Florianópolis
Dezembro de 2014**

FICHA DO TCC	Trabalho de Conclusão de Curso - JORNALISMO UFSC		
ANO	2014.2		
ALUNO	Patrícia Krieger		
TÍTULO	Os donos de Jurerê: Disputas de terras no bairro mais caro de Florianópolis		
ORIENTADOR	Luis Alberto Scotto		
MÍDIA	X	Impresso	
		Rádio	
		TV/Vídeo	
		Foto	
		Web site	
		Multimídia	
CATEGORIA		Pesquisa Científica	
		Produto Comunicacional	
		Produto Institucional (assessoria de imprensa)	
		Produto Jornalístico (inteiro)	Local da apuração:
	X	Reportagem livro-reportagem ()	(X) Florianópolis () Brasil () Santa Catarina () Internacional
ÁREAS	Reportagem Impressa, Cidade, Posse de terras		
RESUMO	<p>Jurerê Internacional, no norte da Ilha de Santa Catarina, foi considerado o sexto bairro mais caro para se morar do Brasil em 2013, de acordo com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe). A especulação imobiliária na região começou com a Imobiliária Jurerê, que deu nome ao bairro, em 1951, e cresceu ainda mais com a chegada do Grupo Habitasul, em 1978. Antes de serem privatizadas, as terras eram habitadas por famílias de origem açoriana que viviam de criação de gado, pesca e plantação. Esta reportagem impressa pretende mostrar como foi o processo de exploração das terras após o primeiro registro de sua posse, em 1927, até hoje. A partir de entrevistas e consultas a documentos, produzi uma reportagem sobre quatro períodos: Vila Caldeirão e a ponte Hercílio Luz, de 1920 a 1930; Jurerê Nacional e o projeto de Oscar Niemeyer, de 1951 a 1970; Jurerê Internacional e o Grupo Habitasul, de 1978 a 1990; e a atual Jurerê Tradicional e Internacional.</p>		

Patricia Krieger

Os donos de Jurerê:

Disputas de terras no bairro mais caro de Florianópolis

Relatório do Trabalho de Conclusão
de Curso apresentado à disciplina de
Projetos Experimentais

Orientador: Prof. Luis Alberto
Scotto

Florianópolis
Junho de 2014

Sumário

1. Resumo.....	5
2. Apresentação do tema da pauta.....	6
2.1 Contextualização	6
2.2 Justificativas.....	12
3. Processo de Produção	15
5.1 Apuração.....	15
2.1 Produção dos textos.....	18
6. Dificuldades e aprendizado.....	20
7. Referências bibliográficas.....	23

Resumo

Este trabalho de conclusão de curso desenvolve o projeto editorial de uma revista para o público consumidor de literatura, tanto daquela considerada clássica, quanto da popular. Dessa forma, a publicação possui reportagens sobre obras consagradas pela crítica especializada e também sobre *best sellers* e livros voltados para o entretenimento. A revista traz ainda matérias referentes a aspectos econômicos e políticos relacionados a livros e autores. Com periodicidade mensal, a publicação é desenvolvida em formato digital, o que possibilita a inserção de conteúdo multimídia, como áudios, vídeos e infográficos interativos.

Palavras-chave: Literatura, projeto editorial, revista digital.

2. Apresentação do tema da pauta

2.1 Contextualização

O valor de mansões para compra em Jurerê Internacional pode chegar a R\$ 11 milhões; de terrenos, mais de R\$ 3 milhões . A praia tem uma série de boates e bares de luxo que eventualmente aparecem na mídia com a presença de algum famoso. Apesar de à beira-mar a faixa de areia ser uma só, a praia é dividida em duas: à esquerda a parcela dos terrenos do loteamento construído pelo Grupo Habitasul, chamada de Jurerê Internacional; e à direita o que sobrou do projeto da Imobiliária Jurerê, conhecida como Jurerê Velha, Nacional ou Tradicional, onde há casas mais simples. É possível notar essa separação nas construções, que passam a ser mais humildes em Jurerê Tradicional. Os frequentadores também costumam reconhecer a diferenciação nos nomes das ruas – todas as de Jurerê Internacional têm nome de peixes –, mas poucos sabem por que ela existe.

A especulação imobiliária do bairro Jurerê começou há 63 anos, em 1951, com a construção do empreendimento de luxo da Imobiliária Jurerê –

empresa que tinha como principais titulares o engenheiro gaúcho Annito Zeno Petry e o governador catarinense Aderbal Ramos da Silva. Antes o lugar era habitado por famílias que compartilhavam as terras para pescar, plantar e criar gado, conforme os relatos do livro “Terras Comuns da Ilha de Santa Catarina”, de autoria do professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina, José Nazareno de Campos.

Essa mudança no cenário do norte da Ilha é pouco conhecido ou citada na história de Florianópolis. Os registros feitos por jornais e veículos de comunicação locais naturalizam essa transição, sem entrar em detalhes do processo de “enriquecimento”. A versão contada pelos donos da Imobiliária Jurerê é a de que os moradores foram relocados aos poucos, com pagamentos pela compra da casa ou em troca de casas de alvenaria mais distantes do mar. Assim também os ranchos de pescadores foram sendo demolidos, em troca de dinheiro ou permutas. Por parte dos moradores há denúncias de ameaças, violência e para a retirada da comunidade da área frontal.

Por volta de 1956, foram colocadas placas no campo, como se a propriedade fosse particular. Isto levou o povo a retirar pouco a pouco o gado que soltava na área, muito embora continuassem a retirar lenha. Em 1957, surgiu a Jurerê Imobiliária. Aderbal Ramos era seu principal acionista. Ela passou a dominar toda a área, encerrando qualquer possibilidade da população continuar usufruindo, mesmo que fosse só para retirada de lenha. A pressão, no entanto, ia mais longe. Segundo Seu Criso, o povo viu-se forçado a deixar a área, a firma “apertava”, ou seja, cercava tudo, forçando o pessoal a sair, mesmo que não desejasse. Concorde Seu Deca Bastião que o número de pessoas “apertadas”, por parte principalmente de Petry (engenheiro da referida imobiliária) foi considerável. Petry tentou ainda se apossar da praia, tirando ranchos de canoas de pescadores, mas foi impedido inicialmente pela Prefeitura, que exigia o cumprimento da legislação de ocupação de terras da marina: 35 metros da máxima maré. Tal legislação foi burlada com o tempo e ocorreu a ocupação de muitas áreas até junto à praia, como fez o Grupo Habitasul. (CAMPOS, NAZARENO JOSÉ DE, 1989,p 145)

As terras de Jurerê passaram a ter “dono” de uma forma nada ou pouco conhecida. A primeira posse foi registrada a partir de uma troca do Governo do Estado com o dono das terras do local escolhido para abrigar a cabeceira da ponte Hercílio Luz. O primeiro

proprietário, Antônio Amaro da Costa, registrou a posse do terreno em cartório em 1927, mas morreu antes de conseguir demarcá-las e registrá-las em seu nome. Com sua morte, a posse passou a ser de sua esposa, que nomeou procuradores para regularizar a situação. Mas o que há em registro é a passagem da propriedade para o nome de seus dois procuradores e, em seguida, em documento da mesma data, para o nome de Anitto Zeno Petry, sócio do então governador Aderbal Ramos da Silva na empresa que deu novo nome à região: Imobiliária Jurerê, 1951. Os motivos para a passagem do terreno de 6.511.456 m² para o nome dos procuradores podem ser dois: dívida ou morte. Não fica claro no documento por qual dos dois motivos a família Amaro não seguiu com a posse das terras.

Sem escrituras que confirmassem as terras como suas, criou-se um sério problema para sua esposa, e desde então, entrou em cena a questão política sobre aqueles campos. Por alguma razão, não se sabe com certeza, Osvaldo Bulcão Vianna (republicano) tornou-se advogado da viúva Amaro. Os comentários que corriam, à época, era que o mesmo desejava na verdade seapoderar daqueles campos. À mesma época, Aderbal Ramos da Silva (influyente político liberal) entrou também como advogado, conseguindo, em 1935,

comprar da viúva toda a área. (CAMPOS, NAZARENO JOSÉ DE, 1989, p 144)

O que vem depois são sucessivos registros com aumento expressivo no valor do terreno em menos de seis anos. Alguns em nome do próprio governador Aderbal Ramos da Silva. São documentos precários, escritos a lápis em um caderno que integra o acervo mais antigo do cartório Gleici, no centro de Florianópolis. Esses são alguns sinais da fragilidade no registro documental da posse das terras e da legitimidade desse processo. Com base nesses documentos frágeis é que os moradores da região foram retirados da beira-mar e realocados para outros lugares mais afastados da praia. Viram suas casas e terrenos vendidos a preços simbólicos rapidamente valerem mais do que o acúmulo de todas as gerações de sua família. Em vez de plantar e criar gado, começaram a trabalhar na empresa, em troca de salário, para ajudar construir casas luxuosas no lugar onde moravam. Essa mudança na vida de pessoas pobres que viram as cidades serem construídas não aconteceu somente, em Jurerê ou em Florianópolis, mas esteve presente na história de todo país. O professor da Faculdade de Arquitetura e

Urbanismo da Universidade de São Paulo, João Sette Whitaker Ferreira, sintetiza o processo brasileiro de criação da propriedade urbana no artigo “A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil”. De acordo com ele, na jovem república ou no Brasil industrial, o acesso à cidade urbanizada só foi possível, em suma, para aqueles que pudessem pagar por ela, ou que tivessem um razoável poder de influência dentro da máquina pública. As relações de poder se estabeleciam no âmbito urbano por um lado, em torno do privilégio dado às elites no direcionamento dos recursos públicos e na construção de bairros de elite, e do outro pela exclusão que atingia invariavelmente a população urbana mais pobre, e posteriormente o proletariado urbano (FERREIRA, 2005).

A segunda fase da exploração das terras de Jurerê, com a venda da Imobiliária Jurerê para o Grupo Habitasul, também é pouco conhecida. O projeto da Imobiliária Jurerê mantinha parceria com Oscar Niemeyer e pretendia conservar os rios e a mata nativa. Na proposta havia restaurantes e espaços culturais desenhados pelo arquiteto. Um deles chegou a ser construído na beira-mar de Jurerê Nacional. Apelidado de “catetinho” por conta da semelhança com um prédio

de Niemeyer em Brasília, o espaço recebia políticos e eventos da alta sociedade.

A partir da venda Imobiliária Jurerê, em 1983, para o Grupo Habitasul, o projeto foi interrompido e, o pouco que havia sido construído e preservado, destruído. O Grupo não hesitou em demolir o prédio projetado por Oscar Niemeyer para construir o Hotel Beach Village, que se vale da natureza local para propor uma espécie de “praia particular” aos clientes.

O Beach Village congrega vários aspectos da relação ideológica que os agentes do mercado imobiliário estabelecem com a natureza como, por exemplo, a apropriação dos bens coletivos nas propriedades particulares, a natureza e a praia como jardins particulares; a idéia da segregação espacial em função da presença deste recurso cada vez mais raro – a natureza. (HENRIQUE,W,2005)

2.2 Justificativas

A história de Jurerê Internacional é um exemplo de especulação imobiliária gerada a partir de posse de terras pouco documentada, seguida de construção de

grandes empreendimentos de luxo – obras que são aprovadas a partir de negociações entre empresários e políticos, sem que moradores da cidade e do bairro participassem ou fossem consultados.

Os processos de decisão do que deve ou não ser feito na cidade ainda passam apenas por um grupo pequeno de pessoas - sem que exista participação popular. O Plano Diretor de Florianópolis de 2014, por exemplo, foi suspenso pelo Tribunal Regional Federal por falta de participação popular e descumprimento do Estatuto das Cidades. Entre os pontos mais polêmicos está a liberação de novas áreas para construção de empreendimentos à beira-mar, como a ponta do Coral, onde há uma comunidade de pescadores – uma versão atual do que aconteceu há muitos anos em Jurerê e em toda Ilha de Santa Catarina.

A reportagem teve o propósito de apresentar a discussão do direito à cidade a partir da história do bairro conhecido como um dos mais caros do país. É preciso dar visibilidade a esse processo de ocupação da terra para desmitificar o “enriquecimento” de Jurerê como natural, em que não houve irregularidades por parte do Governo do Estado, da Imobiliária Jurerê e, mais tarde, do Grupo Habitasul. Há muitos trabalhos

acadêmicos que registram o crescimento irregular de Florianópolis e denunciam segregação na Ilha, mas estas informações estão arquivadas e pouco foram aproveitadas pelo jornalismo local.

Para aproximar esses dados do leitor e chamar atenção para esta discussão, o assunto foi abordado no formato de reportagem impressa e construído a partir de histórias contadas por pessoas que vivenciaram a transformação de Jurerê. Escolhi fazer uma reportagem impressa porque esta seria uma oportunidade de fazer uma longa apuração e escrever um texto de fôlego – um desafio para mim. Embora a apuração rendesse um livro-reportagem, editei o texto no formato de uma reportagem impressa especial para a revista Piauí e escolhi como “molde” de estrutura o perfil de Gay Talese sobre Frank Sinatra – alternância de duas narrativas. Também priorizei recursos narrativos como diálogos diretos e reconstrução de cenários. De acordo com Sergio Vilas Boas, esses dois recursos narrativos tornam o texto mais realista e envolvem o leitor muito mais que os demais (VILAS BOAS: 1996, p 57). Por isso, em vez de dados e relatórios, priorizei as informações ligadas a cenas importantes para a história de Jurerê. O objetivo foi apresentar o debate sobre

direito à cidade a partir de histórias contadas por pessoas que assistiram o processo de mudança em seu bairro, sem que pudessem integrá-lo ou influenciá-lo: pescadores e moradores do Caldeirão e, posteriormente, o capataz da Imobiliária Jurerê Luis Amir Salvi.

3. Processo de produção

3.1 Apuração

A pré-apuração começou em 2012, com um pauta sobre Jurerê Internacional para o jornal laboratório Zero. Foi quando localizei um rancho de pescadores e investigando sua história, encontrei a de todo bairro. As primeiras entrevistas, feita com moradores aleatórios, foram tranquilas. Mas à medida que retornava com mais perguntas, as respostas eram o silêncio. “Sobre isso não posso falar”. “Ninguém vai colocar o pescoço pra cerrar”. “Ninguém vai falar isso aí que você está querendo”. “Esquece”. “Se você colocar meu nome aí eu te processo”. As perguntas giravam em torno de Luis Amir Salvi, o “capataz” da Imobiliária Jurerê. Os antigos moradores não se arriscavam a falar mal dele. O

maior objetivo desta reportagem foi quebrar este silêncio.

Em 2014, retomei a apuração a partir do material produzido que não havia sido publicado e busquei referências acadêmicas para compreender o contexto dos depoimentos na história do bairro, de Florianópolis e do Brasil. Para obter detalhes dos projetos urbanísticos de Niemeyer e de Jurerê Internacional, utilizei os trabalhos acadêmicos de Luis Eduardo Teixeira e Betina Adams sobre o “Loteamento Praia do Forte” para um seminário de arquitetura e a dissertação “Turismo e desenvolvimento Urbano: Avaliação do impacto sócio-ambiental da atividade turística na Ilha de Santa Catarina: Estudo de caso do projeto Jurerê Internacional”. A monografia “Jurerê antes de ser Internacional” elaborada em 2007 por João Luís dos Santos foi um dos trabalhos que mais me auxiliou a encontrar novas fontes e confirmar o que tinha apurado sobre a posse de terras e o que foi feito durante as obras de cada projeto.

Para compreender as decisões políticas de cada época e explicar sua influência em Jurerê, foi preciso levantar o contexto político de décadas próximas às datas de compra e venda dos terrenos. Fiz muitas pesquisas em

edições antigas do jornal A República, disponíveis no acervo online da Biblioteca Nacional – uma fonte rica para pesquisas que facilitou muito o trabalho. Também utilizei muitas informações da biografia “Doutor Deba: poder e generosidade”, elaborada por Luis Henrique Tancredo.

Ao finalizar esta etapa, retomei as entrevistas em busca de fontes e depoimentos mais direcionados, que contassem com detalhes os episódios que mais marcaram as mudanças no bairro. Segue abaixo a lista de pessoas entrevistadas – algumas não foram citadas na reportagem.

Moradores e ex-moradores de Jurerê: Luis Amir Salvi, Maria Helena Petry, Moraes Coutinho, Bartira dos Santos, Mimi Clarice Padinha, Suzana dos Santos, Dona Iaiá, Dona Teodora, Maria Manuela, Dona Aurinha, Osvaldo Cassimiro Forte Filho, Agostinho Etelvino de Jesus, Dona Aurinha, Naura Francisca Forte e Carlos da Silva.

Jornalistas: Upiara Boschi, Rodrigo Bruning Schmidt, Claudio Thomas, James Tavares, Juliana Bassetti e Patricia Pamplona.

Assessores de imprensa: Fábio Nocetti, do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) e Salete Pereira, da Habitasul.

Pesquisadores: Nazareno José de Campos, do Departamento de Geografia da UFSC e João Luís dos Santos, do Departamento de História da Udesc.

Empresários: Péricles de Freitas Druck e Carlos Leite, da Habitasul.

3.2 Produção dos textos

A produção dos textos foi pensada desde a retomada da apuração em 2014. A ideia era escrever textos o mais parecido possíveis com as reportagens da revista Realidade, utilizando diálogos, expressões, gírias e o vocabulário dos personagens para ambientar a episódios importantes da história do bairro. Em conversas com o orientador, Luis Alberto Scotto, defini que o molde de quatro textos dos períodos (1927, 1951, 1978 e 2007) seria “Frank Sinatra está resfriado”, do Gay Talese: uma ação, pessoa ou cena conduziria o texto com uma narrativa mais detalhada, alternada com trechos de contexto e histórias paralelas.

Para sustentá-los, seria necessário encontrar pelo menos quatro cenas detalhadas que deixassem a narrativa instigante e com relevância para ilustrar cada época da história do bairro. Ao ouvir a história da senhora que ficou parálitica e viveu na cama pela primeira vez durante a entrevista com Mimi Clarice, já tinha em mente usá-la para sustentar o primeiro texto e assim conduzi a entrevista para ter o máximo de detalhes para descrever a cena do dia em que ela deixou de andar. Para o segundo texto, tinha algum material reunido em 2012 sobre a história do seu Luisinho e sua chegada ao bairro. Decidi que as histórias relacionadas a ele, com todas as novas denúncias de ameaças, seriam o melhor para mostrar as primeiras mudanças no bairro e como ele e a Imobiliária Jurerê se inseriram no local. No terceiro texto, tinha ideias de contar como foi o processo de fechamento do rio ou da demolição do prédio do Niemeyer, mas o material das entrevistas não rendeu. No fim de uma entrevista com Dona Tila, ela mencionou que tinha trabalhado na casa do Péricles e a partir disso, insisti para que ela me contasse como era trabalhar para ele. Decidi que histórias e diálogos do presidente da Habitasul com empregados e seu comportamento seriam o ideal para sustentar o terceiro texto. Por fim, no último texto, a ideia era ambientar a

“aura” da Jurerê atual. Já tinha reunido materiais sobre a Operação Moeda Verde e a vinda da Paris Hilton e decidi contrapor esses dois assuntos com as cenas atuais de seu Luisinho e Esperidião Amin pedindo votos em Jurerê Tradicional – algo que é “comum” para os moradores.

4. Dificuldades e aprendizado

Esta foi a primeira vez que escrevi um texto tão longo seguindo o molde de combinar duas narrativas com uma cena para sustentar o texto. Apesar de ter me planejado e ter material para isso, acabei deixando pouco tempo – três semanas - para escrever e fugi da proposta. Tentei manter duas narrativas em cada texto, mas não consegui cumprir com a ideia de utilizar uma “cena forte” para conduzi-los. Então escolhi escrever várias cenas importantes, mas com menos detalhes. Como o tempo era curto, não foi possível editar o texto com calma, repensar as cenas escolhidas e fechar o texto da maneira que gostaria. Por isso acredito que o material tenha uma série de falhas: trechos soltos, sem desfecho ou mal explicados. Como o tempo foi curto, minha prioridade foi incluir o mínimo de material necessário para explicar

a história do bairro – e o que considerei ser o mínimo acabou rendendo 70 mil caracteres.

Ao retomar a apuração acabei perdendo muito tempo fazendo pesquisas improdutivas em jornais da Biblioteca Pública, em cartórios e cemitérios em busca de informações sobre o primeiro proprietário: Antônio Amaro da Costa. Também perdi tempo com entrevistas tentando reunir informações sobre ele que não renderam – Amaro morreu por volta de 1930 e o que consegui foram apenas relatos descontraídos. Outro erro foi insistir em histórias que não renderam, como bailes do PSD e da UDN em Jurerê, que pretendia utilizar para mostrar como as disputas políticas influenciavam as festas e o ambiente no bairro em 1950.

Outra dificuldade foi determinar, após remontar toda história de Jurerê, em quais períodos a apuração estaria focada. Precisei estudar por décadas o que estava acontecendo em Florianópolis e no bairro para chegar aos recortes de período dos quatro textos. Em seguida, esse recorte foi usado para delimitar os relatos e resgatar histórias que tivessem acontecido naquelas datas. Na tentativa de apurar cenas fortes para descrever, insisti muito nas entrevistas para que os moradores antigos denunciassem com clareza quais eram as ameaças e

como o Seu Luisinho os convencia a vender os terrenos. Mas muitos respondiam “não sei” e fugiam do assunto. Alguns poucos, como a Dona Tila, tiveram coragem de contar mais detalhes.

Apreendi a planejar melhor o texto e a identificar “mais rapidamente” o que rende na hora de escrever. Ter escolhido a estrutura do texto antes de voltar a apurar foi muito importante para direcionar melhor meu trabalho de apuração, de entrevista e também de escrita. Embora o processo de escrita e edição do texto tenha sido feito em menos de um mês e a “pressa” em escrever tenham impossibilitado um aprendizado maior, todas as observações do orientador, Luis Alberto Scotti, foram muito importantes na elaboração do texto. Cortei descrições que ficaram longas demais e contextualizações exageradas. Também percebi que muito do que havia planejado - cenas e diálogos escolhidos de entrevistas - não funcionaram na hora de escrever. Acabavam deixando o texto menos fluído, confuso. Apreendi também a observar melhor a construção de parágrafos: não repetir construções de frase (começar parágrafos com o mesmo sujeito muitas vezes) e, ao fazer cortes bruscos de uma cena para a

outra, alternar ações e diálogos com descrições mais duras - trechos de contextualização política.

5. Referências

CAMPOS, Nazareno José de. **Terras comunais e pequena produção açoriana na ilha de Santa Catarina**. 1.ed. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1991.

FERREIRA, João Sette Whitaker. **A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil**. In: SIMPÓSIO INTERFACES DAS REPRESENTAÇÕES URBANAS EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO, 1; 2005, Bauru, São Paulo. Anais. Bauru: Unesp, 2005. Disponível em: <http://www.controversia.com.br/uploaded/pdf/13396_cidade-para-poucos.pdf>. Acesso em:9/6/2014.

FERREIRA, Francisco Antonio Carneiro. **Turismo e desenvolvimento Urbano: Avaliação do impacto sócio-ambiental da atividade turística na Ilha de Santa Catarina: Estudo de caso do projeto Jurerê Internacional**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. 1992. Dissertação de Mestrado em Sociologia.

HENRIQUE. W. **A felicidade não tem preço, tem endereço: condomínios, loteamentos e a apropriação**

da natureza. Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 ago. 2005, vol. IX, núm. 194. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-14.htm>>. Acesso em: 9/6/2014.

TANCREDO, Luiz Henrique. **Doutor Deba - Poder e Generosidade.** Florianópolis : Insular, 1998.

TALESE, Gay. **Fama & Anonimato.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

TEIXEIRA, Luiz Eduardo; ADAMS, Betina. Ecos de Brasília: loteamento Praia do Forte. In: **SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 7;** 2005, Porto Alegre. Anais. Porto Alegre: UFRGS, 2007. Disponível em: <<http://www.docomomo.org.br/seminario%207%20pdfs/055.pdf>>. Acesso em: 9/6/2014.

SANTOS, Cristina Silveira Ulyssea. **Planejamento turístico e seus reflexos no processo de urbanização nas praias de Canasvieiras e Jurerê Internacional.** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina 1993, Dissertação de Mestrado em Geografia.

VILAS BOAS, Sergio. **O estilo magazine: o texto em revista.** São Paulo: Summus, 1996.

